

Espírito Público

Espírito público. Esta é a chave para se compreender e praticar responsabilidade social empresarial, voluntariado corporativo, terceiro setor e ação voluntária, segundo Fábio Barbosa Ribas Júnior, doutor em psicologia social pela Universidade Católica de São Paulo e diretor executivo da PRATTEIN, especializada em desenvolvimento social e educação. O Portal do Voluntário entrevistou Fábio Ribas em São Paulo.

Portal do Voluntário - Na sua visão, o que é Terceiro Setor? Qual é a contribuição do Terceiro Setor para a solução ou minimização dos nossos problemas?

Fábio Ribas Júnior - Entendo a emergência do terceiro setor, sobretudo, como um renascimento ou revitalização do espírito público, o que tem a ver com o próprio fortalecimento da idéia de república (o interesse e cuidado pela coisa pública). Nesse sentido, ele é um movimento contrário à atual tendência de desagregação da sociedade pelo crescimento da desigualdade, da violência e do recolhimento do indivíduo (por temor ou reação de defesa) unicamente à esfera da vida privada.

O terceiro setor é o espaço em que emergem iniciativas privadas que, contudo, não têm como objetivo a promoção do interesse privado, mas sim a promoção do interesse público ou do bem comum. Nesta acepção, tratar-se-ia da versão moderna do antigo conceito segundo o qual a verdadeira emancipação do indivíduo só é possível quando este se coloca como participante do debate e das disputas acerca dos destinos da comunidade, ou seja, quando participa da esfera política (entendida esta no sentido clássico que se estabeleceu desde que os gregos fundaram a polis).

Portal do Voluntário - O Terceiro Setor prenuncia a falência do Estado?

Fábio Ribas Júnior - Na dimensão subjetiva o terceiro setor traz uma possibilidade de enfrentamento da tendência ao individualismo e ao consumismo como estilo de vida, pois possibilita ao indivíduo a descoberta ética de que o desenvolvimento subjetivo não é incompatível com o desenvolvimento da coletividade. Em seu melhor sentido, a valorização crescente do terceiro setor estaria refletindo a percepção de que a particularidade individual só se explicita plenamente "nas asas da comunidade", o que equivale a dizer que o sujeito individual só se realiza enquanto indivíduo humano na medida em que ajuda a construir uma comunidade melhor para todos.

Na dimensão estrutural, o terceiro setor traz a possibilidade de questionamento da visão dualista do mundo sócio-econômico como um território dividido apenas em dois campos principais - o Estado e o Mercado – que desenvolvem entre si uma relação recíproca de subordinação e domínio. A idéia de terceiro setor rompe este paradigma ao introduzir exatamente a possibilidade (paradoxal para a tradição de pensamento dualista em que estamos enredados há tempos) de uma iniciativa privada, porém pública, o que quer dizer, simplesmente, que as responsabilidades públicas não são só do Estado e que cada cidadão também é responsável pela esfera pública.

Emerge daí a conclusão de que o terceiro setor não sinaliza a falência ou substituição do Estado, mas indica uma tendência de transformação do Estado. Para perceber o potencial da novidade, é preciso um desprendimento do paradigma dualista anterior.

Estas idéias expressam possibilidades implícitas no conceito de terceiro setor. A contribuição efetiva que o terceiro setor pode dar à resolução de problemas sociais dependerá do grau de concretização daquelas possibilidades. Assim como o movimento do voluntariado, a atuação do terceiro setor é um processo em construção. O reconhecimento de sua importância parece maior por parte das empresas que dos governos. Sou otimista quanto ao futuro do terceiro setor, mas em várias frentes há muito a fazer para enraizar, desdobrar e dar uma dimensão mais ampla aos processos de parceria entre o poder público, as organizações do terceiro setor e a iniciativa privada. Acho mesmo que estamos agora num momento decisivo desse processo. Boa parte da solução para os graves problemas que enfrentamos (por exemplo, nos campos da violência, do desemprego, da redução da exclusão social e outros) requer um avanço mais efetivo de alianças e parcerias intersetoriais, nas quais o terceiro setor e a iniciativa privada têm que estar presentes de forma mais ampla e significativa. Não se pode esperar que as soluções surjam sem uma presença efetiva e competente do governo. Mas está claro que não virão apenas da parte do governo.

Portal do Voluntário - Um dos temas mais em moda hoje é responsabilidade social empresarial. É possível conciliar o imperativo do lucro com a responsabilidade social?

Fábio Ribas Júnior - O decisivo é o seguinte: a responsabilidade social empresarial não deve ser entendida apenas como mais uma ferramenta para o aumento competitividade das empresas, ou, como se diria tempos atrás, como mais um fator de acumulação de capital. Essa visão não dá conta da complexidade das mudanças em curso no mundo atual e está presa ao paradigma dual a que me referi anteriormente. Ao lado da necessidade de atender às exigências de

competitividade do mundo globalizado, é evidente que as empresas estão sendo instadas a adotar uma nova conduta que possa não apenas atenuar os efeitos negativos da globalização, mas que também atenda às demandas crescentes que são formuladas por uma sociedade mais atenta e por consumidores cada vez mais conscientes, que exigem uma atividade empresarial mais sustentável dos pontos de vista ambiental, econômico e social. Assim, há que se promover fortemente a responsabilidade social empresarial, tendo em vista intensificar a tendência a uma modernização civilizatória do modo de produção capitalista, o que poderá representar importante componente no enfrentamento da tendência à barbárie que assola os quatro cantos do mundo.

Muitas empresas ainda acham que responsabilidade social empresarial se esgota no pagamento de impostos, geração empregos e entrega produtos de qualidade ao mercado. Essa é uma visão clássica da questão, que tem seus defensores, e que isola convenientemente a empresa privada da problemática social. Há uma visão pragmatista, que define a responsabilidade social como mais um fator de produtividade ao lado de outros, e que acaba acarretando a subordinação da vida social ao imperativo do lucro. Temo que esta visão, em nome de uma possível modernização nos processos de gestão empresarial, tenda a reproduzir um cenário social como o que tem sido constatado nos últimos anos de prevalência do chamado neoliberalismo. Porém, cresce hoje a idéia de que a atividade da empresa privada não tem apenas um caráter comercial, mas é parte do processo mais complexo de desenvolvimento social. As empresas que pensam assim vêm a responsabilidade social empresarial como um processo que, em última análise, traz para o primeiro plano de discussão a contribuição das empresas para o bem-estar da coletividade. No limite, esta visão acena com a possibilidade de um capitalismo socialmente orientado, capaz de oferecer contribuição mais efetiva para os desafios da inclusão social e da justiça social. Nesta visão, o imperativo do lucro é conciliado com a responsabilidade social subordinando-se o primeiro à segunda.

Portal do Voluntário - Você realizou pesquisas sobre responsabilidade social e voluntariado empresarial nos estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O que mais chamou sua atenção?

Fábio Ribas Júnior - As pesquisas que temos realizado nesta área mostram que há um engajamento diferenciado das empresas em práticas de responsabilidade social empresarial conforme o seu porte: as grandes atuam mais. No entanto, entre médias e pequenas empresas os percentuais de envolvimento com o tema são

significativos. Vale lembrar que, até agora, as organizações empresariais ligadas ao tema da responsabilidade social (federações, conselhos e institutos empresariais) não têm buscado um envolvimento mais sistemático das micro e pequenas empresas com a questão.

A responsabilidade social empresarial é um processo e um conceito em construção. Nos últimos anos o conceito assumiu significados nem sempre coincidentes, ainda que não necessariamente divergentes. No início da década de 90 aceitava-se a idéia de que as empresas faziam uma "filantropia empresarial", de caráter assistencial, em que doações eram oferecidas à comunidade sem qualquer preocupação em estimular iniciativas de auto-ajuda ou capacidades já existentes na comunidade, a partir das quais fosse possível desencadear e sustentar processos de melhoria social.

Em meados daquela década surge o conceito de "investimento social privado" - a idéia de que as empresas deveriam buscar um maior grau de profissionalismo em suas ações sociais. Começa a crescer a partir daí o interesse das empresas na área social. Em 1995 surge o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, criado para fomentar o envolvimento das empresas em questões sociais. No entanto, o passo decisivo para a ampliação do conceito de responsabilidade social empresarial no país foi dado com a criação, em 1998, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, responsável pela disseminação de uma visão do tema como ferramenta estratégica de gestão e como processo que permeia as relações das empresas com todas as partes interessadas em suas atividades econômicas. Abria-se, assim, o caminho para que as empresas pudessem adotar uma postura mais ampla (mas também mais sujeita a graus mais profundos e diversificados de complexidade) no campo da responsabilidade social. Com efeito, o conceito ampliado de RSE levanta de forma mais radical as relações entre as esferas econômica e social da atividade empresarial, ao mesmo tempo em que permite afirmar com mais radicalidade a possibilidade de que as empresas possam ser co-partícipes e promotoras de um processo de criação de uma sociedade mais justa e sustentável. Vale frisar que todo esse processo não se desenvolveu de forma linear, com uma etapa substituindo a outra. Na verdade, o cenário resultante ainda se caracteriza muito mais pela coexistência de posturas e conceitos diversos, o que não raro provoca confusões e desentendimentos no interior do segmento empresarial e nas relações que se estabelecem entre as empresas, as organizações do terceiro setor e o Estado.

Portal do Voluntário - No tocante a voluntariado em geral e voluntariado empresarial, o que você destacaria nestas pesquisas?

Fábio Ribas Júnior - Em geral, verifica-se que as empresas já apresentam índices elevados de doações e apoio a projetos comunitários. Entretanto, os índices de apoio ao voluntariado dos funcionários e de investimento em programas próprios de voluntariado empresarial são bem mais baixos. Noto que o tema do voluntariado não é tão claro para as empresas quanto a idéia de ação social. Creio que um maior engajamento das empresas em práticas de apoio ao voluntariado dos empregados possivelmente dependerá de um melhor entendimento do significado deste tema, muitas vezes ainda envolto em incompreensões. Depoimentos coletados em nossas pesquisas mostram que o trabalho voluntário assume significados diversos para diferentes empresas: questão de foro pessoal, atividade que deve ser dissociada daquilo que define a essência da atividade produtiva, componente da política de recursos humanos da empresa e ação integrada à estratégia de investimento social da empresa, entre outros.

Portal do Voluntário - No Brasil, o voluntariado é muito associado ao assistencialismo e pouco associado à disseminação e prática da cidadania em todas as áreas de atividades. Militantes e empreendedores sociais, embora doem tempo, talento e competência gratuita e espontaneamente a causas e campanhas, não se consideram voluntários. Como fugir dessa redução e incluir todos em voluntariado?

Fábio Ribas Júnior - O voluntariado tradicional sempre foi caracterizado pela boa vontade ou pela caridade de fundo religioso. Suas ações destinavam-se basicamente a apoiar indivíduos necessitados e, na maioria dos casos, não transcendiam a perspectiva de remediar a pobreza. Acho que essa herança cultural assistencial é muito forte, mas não penso que possa e nem que deva ser eliminada e nem que deva ser condenada. É preciso entender que o voluntariado pode manter aquelas motivações clássicas e agregar novas motivações. O voluntariado social que emerge nos dias atuais busca articular competência técnica e compromisso com o fortalecimento da cidadania, o que o aproxima do conceito de trabalho como ação intencional voltada à mudança social. Na conjuntura atual, a idéia da caridade pode resgatar aspectos fundamentais de seu significado original, que lhe conferem o sentido da solidariedade – a preocupação com o outro para além das retribuições pessoais imediatas. Com isto, o trabalho voluntário pode definir-se mais claramente como uma ação de caráter público, voltada ao bem estar da coletividade.

Portal do Voluntário - Em Timóteo (MG), a Central de Voluntariado da Fundação ACESITA levou a metodologia dos Centros de Controle de Qualidade da empresa para as

organizações sociais do Vale do Aço. O que esta experiência, muito rara, ensinou?

Fábio Ribas Júnior - Mostrou que uma inovação possível na área do voluntariado é a transferência de conhecimentos e metodologias empresariais para o mundo do terceiro setor. Neste caso, a boa vontade dos empregados de uma grande usina de aço foi aliada à inteligente idéia de adaptar aquilo que eles sabiam fazer de melhor – a implantação de processos de resolução de problemas em círculos de controle de qualidade – à busca de soluções para problemas de entidades do terceiro setor. E o que é mais interessante: isto foi feito de modo a não apenas ajudar na solução de problemas cotidianos das entidades, mas também visando transferir algumas competências de solução de problemas aos próprios gestores das instituições sociais.

Mas a experiência mostrou também que, ao atuar como voluntários em entidades sociais, os funcionários da Acesita aprenderam não apenas a compreender melhor a comunidade em que se inserem, mas desenvolveram além dos limites convencionais o sentido de trabalho em equipe e a compreensão do verdadeiro significado do trabalho na vida humana. Surpreenderam-se ao encontrar instituições nas quais, mesmo com recursos muito mais precários que os que existem em uma empresa moderna, o elemento humano era decisivo para que objetivos fossem alcançados e resultados fossem produzidos.

Uma experiência deste tipo certamente não traz apenas ganhos unilaterais, mas amplia nossa compreensão sobre os caminhos para a melhoria da qualidade e a humanização do trabalho que acontece tanto nas entidades sociais quanto nas empresas.

Portal do Voluntário - Recentemente você falou numa palestra da importância do Ministério Público para o sucesso de políticas e projetos sociais. Fale sobre isso.

Fábio Ribas Júnior - Sempre que possível, estamos buscando promover a participação de representantes do Ministério Público nos projetos que ajudamos a criar. Já se fala bastante na parceria entre empresas, terceiro setor e governos, mas a participação de atores como Ministério Público também é fundamental, pois ele tem, entre outras atribuições, a de fiscalizar a ação dos governos e zelar pela garantia dos direitos da cidadania. Por exemplo, o Ministério Público tem sido fundamental em muitos municípios para que as Prefeituras instalem e forneçam condições de funcionamento aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (uma obrigação legal de todos os prefeitos, que, contudo, ainda não é observada em centenas de cidades brasileiras).

Portal do Voluntário - Fala-se hoje em dia que o Terceiro Setor é empregador. O que você diria a um jovem que está pensando agora em cursar um dos tantos cursos de terceiro setor que surgiram recentemente?

Fábio Ribas Júnior - Diria que não pensem em escolher esta área apenas por razões de mercado, pensando numa possível facilidade de achar emprego ou em no aspecto estritamente financeiro, mas que, ao fazer esta escolha, considerem seus interesses e inclinações pessoais mais profundos e que acrescentem à decisão uma boa pesquisa e reflexão sobre o significado do terceiro setor para o desenvolvimento do país.